

MADEIRA: DEMOGRAFIA, ESTRUTURA SOCIAL, ECONOMIA
E TURISMO NUMA ILHA SUPERPOVOADA

O trabalho apresentado pelo alemão W.-D. BLÜMEL ⁽¹⁾ faz parte dum conjunto de publicações que o autor e o seu professor A. WIRTHMANN (Karlsruhe) dedicaram em 1970 e 1973 à Ilha da Madeira ⁽²⁾. Isto tem que ser tomado em consideração, pois explica em parte a reduzida apresentação do fenómeno turístico (aliás, na altura da recolha de elementos ainda menos desenvolvido) e a falta de regionalização.

Depois dos trabalhos de O. RIBEIRO e H. LAUTENSACH tinham passado quase 25 anos sem publicações relacionadas com a geografia humana do arquipélago, abstracção feita do artigo de GRIEVES que diz respeito ao vale de S. Vicente na encosta norte da Madeira ⁽³⁾. BLÜMEL empenha-se numa actualização geral da nossa informação e concentra-se

⁽¹⁾ W.-D. BLÜMEL, «Madeira — Demographie, Sozialstruktur und wirtschaftliche Situation einer überbevölkerten Insel», *Karlsruher Geographische Hefte*, Heft 4, Karlsruhe 1973, 213 p.

⁽²⁾ W.-D. BLÜMEL, «Der Fremdenverkehr Madeiras», *Schriften des Geographischen Instituts der Universität Kiel*, Band 39, Kiel, 1973, p. 45-72.

W.-D. BLÜMEL und A. WIRTHMANN, «Zur Landschaftsgliederung von Madeira», *Schriften des Geographischen Instituts der Universität Kiel*, Band 39, Kiel, 1973, p. 17-43.

A. WIRTHMANN, «Zur Klimageomorphologie von Madeira und anderen Atlantikinseln», *Karlsruher Geographische Hefte*, Heft 2, Karlsruhe, 1970.

⁽³⁾ O. RIBEIRO, *L'Île de Madère — Étude Géographique*, Congrès international de Géographie, Lisbonne, 1949, 175 p.

H. LAUTENSACH, «Madeira — eine länderkundliche Skizze des Archipels», *Erdkunde*, Band 11, Bonn' 1949, pp. 212-229.

D. GRIEVES, «The Social and Economic Geography of the São Vicente Valley, Madeira», *The Journal of King's College Geographical Society*, vol. IX, Durham, University Oct. 1957, pp. 1-20.

no estudo da síndrome de subdesenvolvimento, analisando fenómenos dos âmbitos demográfico, social e económico.

Depois duma descrição do meio físico e da evolução do povoamento, largamente apoiada em RIBEIRO, o autor foca o seu interesse na demografia e na estrutura da população com actividade económica, dedica-se seguidamente aos sectores primário e secundário da economia e conclui com a análise do comércio externo da ilha, incluindo aí naturalmente as transacções com o resto de Portugal. Uma extensa utilização das estatísticas oficiais e informações directas de peritos formam a base do estudo. Séries que cobrem muitas décadas servem para demonstrar cuidadosamente as evoluções a longo e curto prazo. Não foram recolhidas informações primárias, o que para um tema tão vasto teria sido muito difícil (*).

O autor parte da convicção de que o equilíbrio (nunca definido) entre capacidade alimentar ou, melhor, capacidade suportadora (*Tragfähigkeit*) da ilha e densidade populacional está alterado. O tratamento das várias facetas da situação económica e social serve para reunir factos que considera comprovativos da sua ideia. Uma argumentação no sentido estreito não lhe é possível. Por um lado, os elementos estatísticos não permitem uma quantificação extensa; por outro lado, o conceito de «capacidade suportadora» não foi operacionalizado, pois esta permanece indefinida quantitativamente. No meu parecer, reside aí o defeito sistemático do trabalho, pois no fundo confrontam-se dados exactos com uma medida não quantificada.

BLÜMEL tem nitidamente consciência deste problema. Diferencia uma capacidade suportadora *fisiológica* e outra que chama *sócio-psicológica*. A primeira refere-se à capacidade dum dado território de suportar a existência física duma quantidade de seres humanos; os pontos de referência deviam portanto ser o mínimo da subsistência e o potencial produtivo na economia agrária daquele território. Conforme o autor, pode-se imaginar um cálculo assim fundado, fazendo abstracção das correntes de mercadorias, dinheiro e pessoas entre a ilha e o resto do mundo, mas ele limita-se a indicar isso sem ir a pormenores.

Enquanto este conceito se cinge já ao modo de encarar típico das ciências naturais, o conceito duma capacidade suportadora sócio-psi-

(* Leitores portugueses certamente teriam gostado de achar mais comparações com o Continente e os Açores, pois o país inteiro devia fornecer o quadro de referência para avaliar bem os dados.

Além disso é preciso chamar a atenção para algumas imprecisões e confusões terminológicas em parte devidas a dificuldades linguísticas: as vilas da Madeira são sempre chamadas *concelhos*; evolução do *habitat* e formação de freguesias não são distinguidos; fala-se de *Grundstück* e *Block* (p. 128), mas é impossível saber quais são os equivalentes em português: propriedade, prédio ou parcela; o autor não faz a distinção nítida em alemão entre *Eigentümer* (proprietário no sentido restrito) e *Besitzer* (possuidor, seja rendeiro, parceiro ou pessoa com outro direito de utilização; parece duvidoso que se possa falar de «*freie Bauern*» ou camponeses livres do século XVI, pois a liberdade é capaz de ser apenas relativa aos escravos então também existentes na ilha.

O livro está acompanhado duma boa cartografia. Geógrafos portugueses teriam marcado no mapa 5 o mercado municipal e os terminos das carreiras, funcionalmente muito importantes nas cidades do país e enormes no Funchal; o mapa 4 é demasiado esquematizado, de maneira que pessoas que não conhecem a Madeira imaginam estradas onde não existem.

cológica parte do comportamento e da actuação dos homens. Então, o descontentamento com o modo de vida e as migrações dali resultantes podem servir de indicadores. Neste caso também BLÜMEL infelizmente não aprofunda, não reflecte a relação entre vida miserável e movimentos migratórios, entre uma situação objectiva e as decisões dos homens, relação que certamente não é directa. Faltam considerações no que respeita às necessidades e aspirações, às vias de informação, à capacidade intelectual e material dos indivíduos que pensam em emigrar, e enfim a admissibilidade normativa num dado meio social.

Não aguçando nem um nem outro dos dois conceitos (que pertencem a âmbitos de raciocínio completamente diversos), não admira que BLÜMEL opte por uma posição intermediária. Se se admite a permanência da economia largamente destinada à pura subsistência, e se se exige uma alimentação mais equilibrada, então parece-lhe que era necessário uma SAU mínima de 1200 m² por pessoa. Fazendo a comparação com a média de 830 m² actualmente disponíveis (cabem 1290 pessoas num km² de SAU!), conclui com algumas reservas que a Madeira tem uma capacidade suportadora para 170 000 habitantes, quer dizer, que existe um terço da população (80 000) a mais.

Como conseguem, então, os madeirenses permanecer na ilha? Em grande medida têm realmente de aceitar uma vida de extremas privações. Por outro lado, são indispensáveis grandes importações. Para estas, que em 1968 constaram de 35,5 p. 100 de produtos alimentares, há grande penúria de recursos. Na balança de pagamentos, apenas 50,5 p. 100 do valor das importações são equilibrados pelas próprias exportações (402 000 contos, 1968).

Todas as mercadorias de maior importância nas exportações encontram dificuldades ou estão ameaçadas: os bordados têm concorrência do Extremo Oriente e as bananas provêm mais baratas de Angola, o vinho da Madeira tem reconhecidamente perdido qualidade, na produção e no escoamento de obras de vime sente-se (além da concorrência dalguns países de Leste) uma falta de organização do lado dos produtores, a indústria de conservas de peixe luta com a irregularidade e a diminuição tendencial no fornecimento de matéria-prima. Actividades económicas já completamente destinadas ao consumo da ilha, como são a criação de gado leiteiro e a produção de cana-de-açúcar, também carecem de rentabilidade e tendem para o retrocesso.

Esta imagem bastante sombria da actualidade é reforçada pela descrição duma evolução que, entre 1900 e 1960, sofreu um acréscimo na população total da ordem de 78,3 p. 100, enquanto a população activa subiu apenas de 38,3 p. 100. A combinação duma natalidade extremamente elevada até à actualidade (30,1 p. 1000, 1961-1970), com uma corrente emigratória sempre importante, deteriorou a relação entre pessoas dependentes e pessoas activas que (1960) apenas formam 30,7 p. 100 da população total (RFA: 57,2 p. 100).

No mesmo período 1900-1960, o número absoluto dos activos no sector primário permaneceu constante, no secundário não se modificou muito; só no terciário se verificou um acréscimo nítido, que cabe

quase exclusivamente ao desenvolvimento do Funchal. Se se faz abstracção deste concelho urbano, nota-se a estagnação no terciário e mesmo a diminuição no secundário. Entre 1930 e 1960, a situação agravou-se, pois o terciário continuou a estagnar (+ 3 p. 100), o primário até cresceu 10 p. 100 e o secundário diminuiu 45 p. 100, o que BLÜMEL considera como índice irrefutável duma evolução regressiva na economia e sociedade do mundo rural.

Ali, os pequenos centros têm perdido funções centrais. Todo o crescimento económico se concentrou na área do Funchal. A cidade de maneira nenhuma pode ser considerada industrial, pois 69 p. 100 da população activa do concelho correspondente trabalha no terciário, 7 p. 100 permaneceram ainda no primário e só 24 p. 100 cabem ao sector secundário, onde dominam firmas do tipo nitidamente artesanal. Mas, mesmo assim, 88,6 p. 100 (1964) dos activos do secundário trabalham no Funchal, o resto da ilha parecendo um grande vazio (talvez exceptuando Camacha, freguesia de cesteiros).

Na parte rural da Madeira, a situação agro-social é péssima. O minifúndio predomina extremamente, de maneira que apenas 5 p. 100 das explorações (contadas a partir de 100 m²) têm mais de 2,5 ha de SAU. 17 p. 100 das explorações não são propriedade do utente, mais outros 26 p. 100 são-no apenas em parte.

Não admira que nada mais que 15 p. 100 das explorações sejam classificadas de «familiares perfeitas», e parte destas quase só garante a subsistência. 77 p. 100 das explorações são «familiares imperfeitas», pois o rendimento não chega para sustentar a família. Os recursos adicionais provêm então de remessas de emigrantes, trabalhos de bordados e em larga escala de jornas nas restantes explorações patronais (8 p. 100), que aliás empregam um número inesperadamente elevado de pessoal. Falta completamente nas áreas rurais uma classe média.

A economia agrária parece ter chegado a um impasse: a SAU já não é mais extensível, o consumo de água de rega e de adubos é elevado, a acessibilidade é péssima; só podem mudar as produções, o que numa economia destas características sócio-económicas é difícil.

Uma maneira de fugir ao condicionalismo desfavorável é a emigração, que o autor cuidadosamente estuda. Migrações na área da ilha e internas no país infelizmente não são oficialmente registadas e, portanto, não entram em consideração, mas tudo indica que têm reduzida importância no caso da Madeira.

Apesar da emigração, a natalidade muito elevada conduziu a um enorme acréscimo populacional a partir de 1858, que só na década de 1950-60 chegou quase a parar, e apenas recentemente (1960-70) se verificou um decréscimo (inesperado) de 5,5 p. 100. Nesta década a emigração legal e a clandestina, que atingiu quase o mesmo valor, afastaram 71 000 madeirenses da ilha. A diminuição populacional, que entre 1930 e 1950 apareceu pontualmente em três freguesias, expandiu-se depois quase para todo o território, poupando principalmente freguesias na área Funchal-Câmara de Lobos.

Sem fornecer dados, o autor insiste que a corrente emigratória afasta uma proporção acima da média das pessoas jovens, activas, habilitadas e formadas, pois para aqueles que aspiram a uma promoção social o meio muitas vezes não se apresenta propício, não têm «capacidade suportadora» no sentido sócio-psicológico. Progride, conforme o autor, uma selecção negativa.

Assim não pode continuar. Quais são os remédios propostos pelo autor? Na agricultura, cita a lucrativa inovação da floricultura (orquídeas, estrelíztias) e recomenda a expansão da fruticultura com espécies tropicais e subtropicais; as frutas deviam também ser destinadas ao mercado europeu. Mas se a floricultura é compatível com dimensões diminutas, o mesmo não acontece com árvores de fruto, se se quer basear nestas a existência. Cana-de-açúcar e bananas não podem concorrer nos mercados internacionais e o autor recomenda a renúncia a estas culturas. Mas isso não terá reflexos na atractividade turística desta ilha sem praias, mas quase-tropical? Promover culturas forrageiras para o gado leiteiro — que luxo numa economia de subsistência! É estranho que BLÜMEL não insista fortemente na necessidade de diminuir a população agrícola.

Ele não acredita nas possibilidades, vistas por madeirenses, de expansão das indústrias dos bordados, do açúcar e das conservas de peixe, e alega argumentos. Pensa que se deviam fomentar os ramos tradicionais da indústria exportadora e ao mesmo tempo criar novas indústrias que contribuam para substituir importações, como são carnes e salsichas, mobiliário, material de construção, aguardente, e também era necessário expandir a indústria de precisão e electrónica que já começou em escala reduzida.

Do turismo, que ganhara grande desenvolvimento a partir de 1968 e principalmente de 1970, esperam-se impulsos favoráveis para o restante sector terciário privado, a construção, a produção agrícola e alimentar, a indústria de bordados e de vimes. O certo é que, nos primeiros anos, a produção e comercialização frutícola não se encontraram preparadas para a nova e adicional procura, e os turistas contribuíram para a subida do custo de vida para muitas pessoas, que não tiraram proveito do fenómeno.

Enfim, porque não houve industrialização e turismo de massas já muito antes? No fundo, o autor não tenta explicá-lo. Nota que existe uma dominância «tradicional» de estrangeiros nas actividades económicas de maior relevância (exportação de vinho, de bordados, de obras de vime; produção de alimentos e bebidas; turismo). Parece que falta aos madeirenses que permaneceram na ilha a iniciativa empreendedora, pois evidentemente preferem investir o dinheiro em bens imobiliários. Apesar de recursos financeiros, às vezes consideráveis, verifica-se imobilismo. Como explicar estas atitudes tão diferentes, dos estrangeiros e dos nacionais, dos madeirenses da ilha e dos que vivem no estrangeiro? Tal pergunta está fora da pesquisa do autor, talvez por não ser considerada de relevância geográfica.

Lendo a obra, notam-se continuamente ligeiros laivos dum determinismo natural e uma consciência não muito aguçada em geografia humana, talvez atribuível a uma formação dominada pela geografia física. Aproximam-se bastante relevo e formas do *habitat*, poucos recursos minerais e fraca industrialização, insiste-se demasiado na relação SAU-população e emigração.

O acesso ao problema pelo conceito de «capacidade suportadora» e a mesma estagnação económica e social talvez tenham levado a atribuir um peso demasiado grande a factores considerados «naturais». Uma definição mais nítida do alvo de estudo, de preferência mais restrito, teria conduzido o autor a conceitos mais adequados. Assim, o trabalho permanece uma boa análise da situação demográfica, social e económica da Madeira, como consta do título. O aspecto geográfico tendencialmente reduz-se à delimitação espacial dos assuntos estudados, e não pode ser caracterizado por nenhuma das grandes tendências actuais (ecologia cultural, locativa, perceptiva).

Todavia, a obra é uma mina de informações preciosas para todos os que procuram conhecimentos sobre o arquipélago. É de esperar que sirva de base e de incentivo para o progresso da análise geográfica da Madeira.

O já mencionado artigo do autor sobre o turismo, «Der Fremdenverkehr Madeiras», pode-se ler como parte complementar da obra atrás referida. BLÜMEL começa por traçar com grandes linhas a evolução e o estilo do turismo «histórico» da Madeira: predominância de ingleses (muitos deles ricos e idosos), nítida preferência do Inverno e, enfim, turismo de passagem com barcos de recreio. Estes são elementos importantes na formação duma «imagem» da ilha que ainda hoje não está completamente destruída pelas modificações modernas.

Seguem-se depois algumas considerações sobre a aptidão turística. O autor cita com poucas reservas a opinião de RITTER (1966), que a Madeira — como também os arquipélagos dos Açores e das Canárias — têm uma óptima aptidão recreativa por causa da atracção extraordinária da paisagem. Não diferencia os componentes duma «paisagem turística» e a força relativa deles (como base duma quantificação e regionalização) nem diz quais grupos de clientela se mostram sensíveis. Parece que os geógrafos tendem pela sua formação a sobrestimar a paisagem em relação a preços, acessibilidade, infra-estrutura turística e factores sociais.

Entre 1945 e 1961, o turismo praticamente estagnou. As inaugurações dos aeroportos de Porto Santo (1962) e do Funchal (Santa Catarina 1964) iniciaram um rápido desenvolvimento turístico. A finalidade era a mesma como noutros sítios: captar divisas para equilibrar uma balança de pagamentos muito deficitária. Mas o arranque era tardio, por exemplo em relação às Ilhas Canárias.

Durante a década que se segue, a capacidade de alojamento e o número de dormidas aumentaram extraordinariamente. A maior expansão verificou-se na capacidade dos grandes estabelecimentos de luxo e de primeira categoria que têm também a maior procura. Modificou-se

a clientela: em 1961, os ingleses forneceram ainda quase 70 p. 100 dos estrangeiros, em 1968 não chegam a 18 p. 100. Quase todo o resto provém de outros países do Oeste e do Norte da Europa e dos EUA. Pode-se destacar o papel importante da Suécia, da Dinamarca e da Finlândia em relação à população e à distância destes países nórdicos.

Também houve alterações nas oscilações de chegadas e dormidas ao longo do ano: a temporada baixa do Verão — antes muito longa — apertou-se e atinge o extremo no mês de Junho, enquanto no de Julho já se nota considerável afluxo de portugueses continentais. Estes, aliás, têm muito menos importância económica que os estrangeiros, pois permanecem menos dias (1968: 50 p. 100 das entradas, 14 p. 100 das dormidas) e preferem alojamentos mais modestos.

Os novos empreendimentos turísticos a partir de 1970 — geralmente promovidos com capital estrangeiro — são localizados fora do Funchal mas permanecem no SE da ilha, perto da cidade e do aeroporto. Portanto, o desequilíbrio espacial continua a agravar-se.

O problema geral do desenvolvimento turístico do arquipélago (tal como se apresentou ao autor antes de 1972) é a distribuição quase «trágica» dos proveitos e deficiências: Porto Santo tem 8 km de praia de areia branca e um grande aeroporto, mas falta a água e um porto moderno; a ilha da Madeira tem muita água, um bom porto, paisagem mais variada e estabelecimentos turísticos bem desenvolvidos, mas faltam as praias e um aeroporto de grande capacidade. Este último problema é o mais premente, mas a solução será difícil por causa do relevo da ilha.

BLÜMEL acaba por dois pequenos capítulos, um dedicado ao turismo de passagem, que tem bastante importância na vida económica do Funchal (venda de bordados, vinhos, obras de vime, jóias, etc.), o outro dedicado a observações sobre as consequências económicas e sociais do turismo em geral na vida dos Madeirenses.

O leitor teria gostado de obter mais algumas informações no que respeita as mutações a partir de 1962. Será admissível qualificar o grande desenvolvimento como «abertura ao turismo de massas»? Este termo parece-me exagerado, considerando não só o número de turistas, mas também o elitismo que se traduz pelo domínio dos alojamentos de luxo e de primeira categoria, pelas instalações desportivas (piscinas particulares, golfe, ténis, esqui náutico, etc.) e, enfim, pela grande importância dos transportes individuais (táxis, carros de aluguer) que o autor não menciona. Os turistas estrangeiros e nacionais não são de maneira nenhuma um extracto simples das populações respectivas: nota-se logo a fraca representação de jovens e a alta representação de gente abastada. Qual é a imagem mental que levou estas pessoas a marcar uma viagem relativamente cara a esta ilha sem praias e atracções histórico-artísticas? Os gráficos 2 e 3 dão a impressão que o comportamento dos turistas se modificou profundamente: antigamente preferiam os meses de Fevereiro e Outubro, hoje são os meses da Páscoa e do Natal para os estrangeiros (pequenas férias secundárias?) e as grandes férias de Verão para os nacionais. Qual foi a influência da

propaganda e das agências de viagem na diversificação dos países de origem e na grande importância dos países nórdicos? Em todos estes aspectos permanece ainda um largo campo de investigação, até para finalidades práticas.

BODO FREUND